

# O movimento nacional palestino perante a “solução final” sionista

João Quartim de Moraes

**Como citar:** MORAES, João Quartim de. O movimento nacional palestino perante a “solução final” sionista. *In* : ROIO, Marcos Del (org.). **Marxismo e Oriente** : quando as periferias tornam-se os centros: Oficina Universitária; São Paulo: Ícone, 2008. p.201-240. DOI: <https://doi.org/10.36311/2008.978-85-274-0962-9.p201-240>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# O MOVIMENTO NACIONAL PALESTINO PERANTE A “SOLUÇÃO FINAL” SIONISTA

João Quartim de Moraes  
Prof. de Filosofia da Universidade Estadual de Campinas

*“Não faças a outro o que condenas. Eis toda a Lei, o restante é só comentário” (Talmud da Babilônia, cap. Sabath, 31)*

*É necessário acabar de vez com o etnocentrismo que toma a forma de judeu-centrismo[...]. Assim, Auschwitz é elevado a potência metafísica. Sou um dos últimos a minimizar as atrocidades cometidas em Auschwitz, porém, as lágrimas de outros povos não contam? (Maurício Tragtenberg)*

*Somos as vítimas das vítimas (Edward Said)*

## 1 À guisa de preâmbulo: “Palestine au coeur”

Conheci muitos árabes “lato sensu” (argelinos, marroquinos, tunisianos, egípcios, sírios, libaneses etc.) em meus anos de estudante e em meus muitos mais anos de exilado em Paris,

com os quais conversava em francês, porque infelizmente desconheço quase tudo do árabe, salvo alguns termos coloquiais que circulam no Brasil entre descendentes de emigrantes sírio-libaneses. Quando falávamos da Palestina, com redobrado calor e intensidade durante as guerras de 1967 e de 1973, meus interlocutores completavam a argumentação histórico-política por uma declaração de amor: "J'ai la Palestine dans mon coeur", ou, mais concisamente, "Palestine au coeur".

Naquela época, havia ainda sionistas de esquerda, vários deles veteranos dos "kibutz". Travei com eles discussões francas e sérias. Reconheciam, ao menos parcialmente, a justiça da causa palestina. Mas não podiam admitir, exatamente por serem sionistas, que a origem histórica de Israel é um fato colonial edificado em cima da desgraça de quatro, logo mais cinco, gerações de exilados palestinos (descendentes das famílias expulsas de sua própria terra de 1946-1948, de 1967 e de vagas menores) que somam cerca de quatro milhões de refugiados, dos quais cerca de um milhão na Jordânia, quinhentos mil na Síria outros tantos no Líbano. Tampouco queriam admitir, exatamente por serem de esquerda, que a opressão do povo palestino estava na lógica colonial do Estado israelense e que este se permitia violar todos os princípios da Carta da ONU porque contava com o apoio irrestrito do imperialismo estadunidense. Hoje, mais ainda do que ontem, essas verdades são reconhecidas por todos os que consideram a justiça algo mais do que uma palavra vazia.

O presente artigo oferece uma visão panorâmica da "questão judaica" em sua conexão com a história dos povos da Palestina. Enfatiza o caráter colonialista do sionismo, mostrando que ele reivindicou desde o início a pretensa "missão civilizatória" do Ocidente, em nome da qual a expansão planetária do capitalismo encobriu e continua encobrindo séculos de conquista, pilhagem e genocídio. Mas, sobretudo, contrapõe ao fato nacional israelense, obra de colonizadores, o movimento de libertação nacional palestino,

resposta heróica dos colonizados ao mais tenaz e arrogante colonialismo contemporâneo. Procura ilustrar com exemplos concretos a cruel opressão israelense, o enorme e indecente auxílio que recebe do imperialismo estadunidense e a morna hipocrisia das demais potências do chamado Ocidente, que só apóiam “manu militari” as resoluções da ONU quando isso lhes convém. Por exemplo, em 1999, quando se tratou de esmagar o último baluarte de resistência ao neoliberalismo na hoje extinta Iugoslávia.

Esse ensaio acompanha a luta de libertação nacional do povo palestino até a segunda Intifada e os últimos combates de Arafat. Aachamos ser ainda cedo para um julgamento objetivo do legado histórico do fundador de Al Fatah, que morreu prematuramente, muito provavelmente envenenado por ordem do “serial killer” Ariel Sharon. Deixamos a outros a arriscada e muitas vezes enganosa tarefa de “apontar os rumos” para os palestinos. Negociação com Israel, sobre a base do princípio “dois povos, dois Estados”, ou prosseguimento da luta revolucionária de libertação nacional até a vitória completa, que corresponde ao programa histórico da Organização para a Libertação da Palestina (OLP)? A questão é decisiva e merece ser discutida a fundo, mas quem deve resolvê-la são os palestinos. A melhor solidariedade antiimperialista e internacionalista é aquela que oferece apoio conseqüente sem pretender dar lições.

## 2 Os judeus na Antigüidade

Na cinco vezes milenar história da Palestina (ou terra de Canaã, do nome de seus mais antigos habitantes conhecidos, os cananeus), os judeus só dispuseram, antes de 1948 a.C., de um poder político *independente* durante pouco mais de quinhentos e trinta anos, de cerca de 1030 a.C., quando Saul tornou-se rei das doze tribos israelitas por ele reunidas, até 587, quando a conquista do reino de Judá pelos babilônios provocou a primeira diáspora, e, como diremos logo adiante, de 143 a 63 a.C. À dominação babilônica sucedeu a persa, que

se estendeu até -332, quando Alexandre tomou a terra de Canaã, logo no início da campanha que o levaria à conquista do Império de Dario. Sob a tutela sucessiva de duas das dinastias em que se partilhou o império macedônico, a de Ptolomeu, estabelecido no Egito e a de Seleucos, com base na Síria, muitos judeus fixaram-se nas metrópoles destes novos Estados, notadamente em Alexandria e em Antioquia, onde receberam forte influxo cultural do helenismo. A mais notável expressão intelectual deste sincretismo está na obra de Philon de Alexandria, que propôs uma interpretação alegórica da *Bíblia* fortemente influenciada pelo platonismo e pelo estoicismo.

A maioria das colônias judaicas da Ásia Menor e do norte da África permaneceu, entretanto, tenazmente fiel à religião ancestral de Jeová, recusando qualquer assimilação com as populações locais. Mesmo os saduceus, de espírito mais aberto, mantiveram inquebrantável o sentido de identidade religiosa e cultural. A dominação dos ptolomeus, que se estendeu de 320 a 200 a.C., foi mais habilidosa que a dos selêucidas. Estes dominaram os judeus através de perseguições que inspiraram o movimento apocalíptico e encontraram expressão literária no *Livro de Daniel*. A opressão do poder selêucida, debilitado a leste por guerras sucessivas contra os partas, reacendeu a chama da rebelião, que conduziu, em 143, à independência e à instauração da dinastia nacional dos macabeus ou hasmoneus. O fato de que todos os reis desta dinastia, salvo o fundador, tinham nomes gregos,<sup>245</sup> mostra, entretanto, a permanência da influência helenística. Ela explica a rejeição que os macabeus sofreram por parte das tendências integristas do judaísmo, em particular a dos mais tarde chamados "essenianos", que se refugiaram em Khirbet Kumran, em pleno deserto. Também os fariseus opuseram-se a uma monarquia demasiado ligada à cultura grega. Até os helenizados saduceus acabaram por se afastar da dinastia reinante. Esta,

<sup>245</sup> Os reis da dinastia dos Macabeus foram os seguintes: Simão 143 a 134; Hyrcanus I, 134 a 105; Aristobulus I, 104; Alexandre Jannaeus 103a 76, Alexandra 76 a 67; Hyrcanus II, 67 e Aristobulus II, 66 a 63.

internamente isolada e contestada, tentou, em vão, abrigar-se à sombra dos romanos. Em 63, Pompeu, após conquistar a Síria, pondo fim ao Estado imperial dos selêucidas, tomou Jerusalém, acabando também com o reino macabeu.

Durante um século, agitadíssimo em todos os planos, os judeus desfrutaram, à sombra da águia romana, de um estatuto de protetorado. Em 40, o Senado romano designou rei da Judéia, Herodes, mais tarde dito o Grande, um árabe<sup>246</sup> que adotara o judaísmo como religião e a tutela romana como política. Só em 37, entretanto, logrou tomar posse do cargo, devido à obstinada resistência que sua subordinação ao Império suscitava na maioria dos judeus, notadamente nos fariseus e, mais ainda, nos zelotas, também ditos *sicários* pela presteza em se servir do punhal (*sica* em latim) para golpear os ocupantes. Nem o primeiro Herodes, nem seus sucessores,<sup>247</sup> lograram atenuar esta hostilidade, não obstante a preocupação dos romanos em não se ingerir nos assuntos internos do judaísmo, como comprova a atitude de Pilatos, “lavando as mãos” perante as acusações de que era alvo um certo Jesus, que escandalizava seus compatriotas judeus por se apresentar como o novo Messias. A luta contra a dominação romana culminou na insurreição desencadeada em 60 e cruelmente esmagada por Tito em 70, quando Jerusalém, com seu templo, foi pilhada e destruída pelos romanos.<sup>248</sup> Novas rebeliões, em 115-117 e em 132-135, foram igualmente esmagadas.

<sup>246</sup> Era filho de Antipater da Iduméia.

<sup>247</sup> Herodes o Grande morreu em 4 a.C. Seu filho Herodes Antipas, cuja mãe, Malthace, era uma samaritana, sucedeu-o, também mediante designação do poder imperial romano, mas apenas com o título de tetrarca da Galiléia e da Peréia. Foi ele que, instigado por Herodias, sua segunda mulher, mandou decapitar João Batista. Tendo ido a Roma suplicar a Calígula o título de rei, foi preterido por seu rival Herodes Agrippa I (um dos netos de Herodes o Grande), que obteve do imperador o governo de toda a Palestina. Morreu em 44, mas só em 48 seu filho Herodes Agrippa II recebeu de Cláudio o governo de Chalcis, com o direito de nomear os altos sacerdotes judeus e de administrar o templo de Jerusalém. O próprio Cláudio e, em seguida, Nero, ampliaram-lhe os territórios, conferindo-lhe o título de rei.

<sup>248</sup> Herodes Agrippa II tentou moderar a fúria da rebelião, sem, contudo, tomar partido pelos romanos. A despeito da queda de Jerusalém, conseguiu manter o reino unido até sua morte, em 100. Foi o último rei da dinastia de Herodes.

Desde então, os judeus tornaram-se pequena minoria na Palestina, onde prevaleceram os árabes, que em sua maioria tinham aderido ao cristianismo. Província do Império romano, depois, do bizantino até o início do século VII, ocupada pelos persas sassânidas de 611 a 627, converteu-se ao Islã em 637, quando os guerreiros de Maomé derrotaram os de Constantinopla. Salvo durante o século em que ela foi dominada pelos cruzados (1099-1187) a Palestina permaneceu desde então fundamentalmente árabe e majoritariamente islâmica. Politicamente, entretanto, caiu, em 1517, sob domínio islâmico, do qual só se libertou para sofrer a agressão sionista.

### 3 Intolerância

Durante os treze séculos em que permaneceram sob domínio islâmico, cristãos e judeus foram tratados com tolerância, da qual os judeus, em especial, já se tinham largamente beneficiado na Península Ibérica, onde, durante sete os quase oito séculos de dominação islâmica, o judaísmo conheceu, sobretudo no Califado de Córdoba, seu mais estupendo florescimento cultural desde a “diáspora” imposta pelos romanos. A tal ponto que o rude Estado judaico dos Khazars, que floresceu no Cáucaso setentrional, do Mar Negro ao mar Cáspio e nas planícies do Volga e do Dniepr, entre os séculos VIII e XI, importou eruditos cordobenses para formar rabinos e letrados locais.

Não por coincidência, o mesmo ano de 1492 marcou, para a Espanha, a chegada de Cristóvão Colombo ao “Novo Mundo”, a conquista de Granada, último reduto islâmico em terras ibéricas, e o decreto de expulsão dos judeus, operação genocida executada pela Santa Inquisição com apoio dos reis “muy católicos” Fernando e Isabel. Ano fatal, portanto, para os povos nativos do “Novo Mundo”, para os “mouriscos” e para a vasta comunidade judaica fixada na Península Ibérica pelo menos há tanto tempo quanto o cristianismo. Foi, de resto, nas terras do Império Otomano,

novamente sob domínio islâmico, que “os sequazes da religião mosaica”, como diziam seus perseguidores cristãos, encontraram abrigo. Já os que se deslocaram para o leste europeu, onde o termo “pogrom” (massacre de judeus) iria adquirir sinistra notoriedade, continuaram a sofrer a intolerância dos cristãos.

Três séculos mais tarde, como reflexo de autodefesa dos judeus perseguidos na Europa oriental, surgiu o sionismo. A segunda metade do século XIX foi marcada pela partilha territorial da Ásia e da África entre as grandes potências do imperialismo europeu em expansão. Inspirados nesta vaga colonialista, os militantes sionistas decidiram resolver às custas dos árabes o problema das perseguições que sofriam no continente europeu, reunindo todos os judeus num único território, a Palestina. A inspiração colonialista deste programa trazia explícito o desígnio de tratar os árabes como os imperialistas cristãos europeus tratavam os “nativos” da periferia colonial. Theodor Herzl, autor de *O Estado judeu* (1895), manual básico do sionismo, caracterizou este Estado como devendo “fazer parte de uma muralha defensiva da Europa na Ásia, um posto avançado da civilização contra a barbárie”.<sup>249</sup>

O barão Rothschild (do ramo francês da poderosa família de financistas judeus), já interpretara à sua maneira o objetivo “civilizatório” de Herzl, ao tomar a iniciativa, em 1882, de financiar a primeira “alya” (imigração em massa de sionistas para a Palestina). O clima lá então era de tolerância cultural e religiosa. Súditos do império otomano já em franca decadência, os palestinos eram cerca de meio milhão. Suas diferenças religiosas (havia muçulmanos, cristãos, drusos, judeus) não os impediam de conviver sem maiores confrontos. Por isso mesmo esta primeira vaga migratória não suscitou antagonismos. Eles começaram a surgir com a segunda “alya”, financiada pelo barão Hirsch, sucessor de Rothschild no patrocínio da emigração (que voltou a se acelerar em consequência da repressão czarista após a revolução russa de 1905). Os recém-

<sup>249</sup> Cf. W. Laqueur, *A History of Zionism*, Nova Iorque, 1976, p. 95 e Kenneth Brown, “Iron and a King: the Likud and Oriental Jews”, *Merip Reports* (114), maio de 1983, p. 6. Apoiamo-nos neste notável artigo nas linhas que seguem.



chegados tomaram empregos e terras dos camponeses árabes. Começava a discriminação.

Na década seguinte, durante a I Grande Guerra, o governo inglês, para golpear o Império Otomano, aliado da Alemanha, prometeu a independência aos árabes, que na época, constituíam 92% da população da Palestina, se eles se erguessem contra o jugo turco. Os árabes confiaram na promessa e, cumprindo sua parte no acordo, lutaram de armas na mão contra a dominação otomana. Mas, em 1917, Lord Balfour, ministro do Exterior do Império Britânico, prometeu também ao movimento sionista um “lar nacional” para o povo judeu na Palestina, como consta da carta, datada de 2 de novembro de 1917, que ele enviou a lorde Rothschild, do ramo inglês da família.

Terá sem dúvida pesado na “Declaração Balfour” (que, obviamente, não expressava apenas uma posição pessoal, mas a do gabinete presidido por Lloyd George), além da influência dos poderosos interesses financeiros judaicos, a colaboração de um importante militante sionista, Chaim Weizmann, que se tornaria o primeiro presidente de Israel (1948-1952), com o aparelho de Estado e a máquina bélica britânica. Sua alta competência na pesquisa química (notadamente na síntese da acetona utilizada em muitos explosivos), valeu-lhe, a partir de 1914, estreito contato com o governo da Inglaterra (onde se fixara desde 1906). Embora judeu “oriental” (nascera em Minsk em 1874), Weizmann partilhava do mesmo desprezo dos “ocidentais” pelos árabes, como fica mais do que patente nestas observações que enviou a Balfour em 30 de maio de 1918:

Os árabes, que são superficialmente espertos (clever) e rápidos na réplica (quick witted), têm um culto e um só culto: poder e sucesso [...]. As autoridades britânicas, conhecendo [...] a natureza traidora dos árabes, [...] devem vigiá-los cuidadosa e constantemente. Quanto mais correto (The fairer) tenta ser o regime inglês, mais arrogantes se tornam os árabes. [...] O presente estado de coisas tenderia necessariamente em direção da criação de uma Palestina

árabe se houvesse um povo árabe na Palestina. Esse resultado não será atingido porque o *fellah* está atrasado no tempo pelo menos quatro séculos e o *effendi* é desonesto, mal-educado, ganancioso e tão impatriótico quanto ineficiente.<sup>250</sup>

O elogio do “correto regime inglês” (que, com britânica duplicidade, distribuiu a mesma terra a dois povos) seria mera peça de retórica bajulatória se não revelasse tantos preconceitos racistas. A tática, de qualquer modo, é clara: o sionismo desde o início associou-se ideologicamente e fez o possível para associar-se politicamente, na qualidade de sócio menor, ao colonial-imperialismo. Mas se a Inglaterra mentira aos árabes para ajudar os sionistas, mentiu principalmente para ajudar a si própria. Em 1916, enquanto os árabes da Palestina iniciavam o levante contra os turcos, o governo inglês, que lhes tinha prometido independência, assinou com a França o acordo secreto Sykes-Picot, dividindo os países árabes em “zonas de influência”. Os chefes sionistas conseguiram, entretanto, com a Declaração Balfour, ser incluídos, ainda que como papagaios de pirata, nestas trapaças colonialistas.

Terminada a guerra e desmantelado o Império dos turcos, as potências imperialistas vitoriosas na guerra de 1914-1918 desconsideraram inteiramente as aspirações políticas dos árabes da Síria, do Iraque, da então chamada Transjordânia, da península arábica e também da Palestina. De nada serviram os dois memorandos enviados à Conferência de Versalhes (dita “de Paz”, mas tendo contribuído muito, por sua mesquinha moral e suas iniquidades políticas, para criar os fatores determinantes da guerra de 1939-1945) por um amplo congresso palestino, reunido em Jerusalém de 29 de janeiro a 10 de fevereiro de 1918, que rejeitou a Declaração Balfour e pediu o reconhecimento da independência. No dia 24 de julho de 1922, a Sociedade das

---

<sup>250</sup> Texto citado e comentado por Edward Said em *Orientalism*, Nova Iorque, Vintage Books, 1979, p. 306. A fonte original é Ingrams, *Palestine Papers*, 1917-1922, pp. 31-32.

Nações, servindo de cartório de registro da partilha dos territórios coloniais entre a França e a Inglaterra, reconheceu o acordo Sykes-Picot. Atribuiu-se aos franceses o "protetorado" da Síria e do Líbano e aos ingleses, o da Palestina, Jordânia, Iraque e da atual Arábia Saudita.

Perante a amarga constatação de que o sangue derramado contra os turcos servira apenas para piorar-lhes a situação, já que os ingleses favoreciam a imigração sionista, os palestinos lançaram-se à luta contra a ocupação britânica, sob forma de protestos pacíficos, mas também de levantes armados. Já então a "questão palestina" inflamava o nacionalismo árabe e mobilizava a solidariedade islâmica. Em 1931, realizou-se em Jerusalém uma conferência à qual compareceram, além dos países árabes, representantes de todas as comunidades muçulmanas importantes, da Nigéria à Iugoslávia, da China às repúblicas soviéticas do Uzbequistão e do Cáucaso, com uma única ausência notável, a da Turquia. Tendo recebido o esperado apoio, a luta do movimento nacional palestino contra o ocupante inglês e sua política pró-sionista atingiu ainda maior intensidade, mesmo porque a imigração judaica vinha se acelerando. Nesta nova vaga era forte a presença de militantes socialistas, que lançaram a experiência dos "kibbutz", cooperativas de trabalho, principalmente agrícolas, cuja imagem progressista valeu simpatias a Israel na esquerda européia, sempre tentada pelo "argumento civilizatório". Em maio de 1936, uma greve geral paralisou o país. O governo inglês esforçou-se por ignorá-la. A resposta foi a generalização da resistência armada, que os ocupantes não lograram aniquilar (da repressão participou um jovem militante sionista incorporado às forças policiais auxiliares dos britânicos, que mais tarde se tornaria célebre, Moshe Dayan). Em 1939, a resistência árabe obteve enfim dos ingleses o compromisso de limitar a imigração judia a 75.000 pessoas nos próximos cinco anos e a conceder independência à Palestina no prazo de dez anos. A população judaica, que no momento da Declaração Balfour, correspondia a 8,3% da população total da Palestina, passara então, em pouco mais de vinte anos, a 33%. Massa crítica mais

do que suficiente para desencadear a tragédia que se prolongaria até o século XXI.

Vê-se quão falacioso é o lugar-comum da argumentação sionista, segundo o qual “a consciência nacional palestina é historicamente recente”, isto é, mero reflexo negativo da consciência nacional israelense. Falácia cronológica, mas, sobretudo político-cultural. O nacionalismo árabe refletiu as contradições do muito desigual desenvolvimento histórico das diversas sociedades de língua e de cultura árabe, submetidas ao Império otomano e ao colonialismo europeu. Seu programa histórico pretendia ultrapassar as divisões impostas pela dominação estrangeira, mas exatamente por estar enraizado numa situação colonial, não podia deixar de refletir-lhe as contradições. Embora não tenha inventado os ódios étnicos, o colonialismo moderno, sempre que pôde, incentivou rivalidades e ressentimentos entre tribos, etnias, castas e classes sociais. A Inglaterra, em especial, aplicou com sucesso, em sua expansão comercial e militar, o lema “dividir para reinar”, apoiando-se nos poderes locais tradicionais, manipulando e exacerbando contradições sociais e nacionais e fragmentando os povos árabes em pequenos Estados, governados por potentados colaboracionistas.

#### 4 Sionismo, colonialismo, racismo

Os seguidores de Herzl mantiveram-se fiéis ao eurocentrismo sionista. O desprezo que nutriam pelo Oriente estendia-se aos próprios judeus orientais. Ben-Gurion, fundador do Estado de Israel, proclamou não querer “que os israelenses se tornassem árabes” e, referiu-se aos judeus orientais como “aparências de gente [...], sem traço de educação, judaica ou humana”. Para ele, era um dever “lutar contra o espírito do Levante, que corrompe indivíduos e sociedades, e preservar os autênticos valores judeus, tais como se cristalizaram na diáspora”. Paradoxalmente, portanto, a principal inspiração do sionismo não é a colina de Sião, mas os valores europeus da diáspora. Há nisso um componente

masoquista, próprio a todo oprimido que se identifica com o opressor. Mas o componente mais forte é a justificação do colonialismo, recorrente no liberalismo e na social-democracia, em termos de missão civilizatória. Os trabalhistas israelenses incorporaram a fundo este componente colonial-racista do social-imperialismo. Também Golda Meir recorreu, para explicar a ausência de judeus “orientais” nos círculos dirigentes israelenses e em seu próprio gabinete ministerial, a argumentos semelhantes aos de seu parceiro Ben-Gurion. Explicou que em seus orientais países de origem, eles “tinham vivido em cavernas, ignorando o uso de lençóis e toalhas”. Na mesma linha de pensamento, o ministro da Educação de Israel proclamou em 1969: “Estamos longe de considerar nossa população oriunda de países orientais como uma ponte para nos integrar no mundo da língua árabe. Nosso objetivo é implantar neles o espírito ocidental e não deixá-los arrastar-nos para uma anti-natural orientalidade”.<sup>251</sup>

A reação dos judeus “orientais” a tão acintoso desprezo foi dupla: duradoura antipatia contra os trabalhistas e truculência ainda maior contra os palestinos. Abrigaram-se no movimento dito “revisionista”, fundado por um certo Vladimir Jabotinsky, que tinha recrutado muitos adeptos entre os judeus da Europa oriental (considerados menos “civilizados” pelos da Europa ocidental e central, mas também fazendo parte dos “Ashkenazi” e considerando, eles também, os judeus da África e da Ásia como bárbaros). Embora partilhasse do mesmo culto dos trabalhistas ao Ocidente imperial-colonialista,<sup>252</sup> o

<sup>251</sup> Cf. *ib.*, p. 6. Nas notas desta página, o autor refere a bibliografia essencial sobre este tema.

<sup>252</sup> Jabotinsky admirava a fórmula de Max Nordau: “estamos indo para a Palestina a fim de estender até o Eufrates as fronteiras morais da Europa”. E pontificava: “mesmo com o Ismael real nada temos em comum. Pertencemos à Europa, graças a Deus: nos últimos dois mil anos ajudamos a construir a civilização européia”. Cf. *ib.*, p. 7. Dupla injustiça histórica: foi o Califado de Córdoba que assegurou a reconstrução da cultura judaica e foram os mui europeus e católicos Fernando e Isabel que empreenderam, quatro séculos e meio antes de Hitler, a primeira tentativa de aniquilamento dos judeus.

movimento chefiado por Jabotinsky, partidário da violência sem disfarces, acolheu, desde o final dos anos 1920, os “orientais” dispostos a toda forma de “guerra suja” contra os palestinos. Tal é a origem dos mais odiosos movimentos terroristas israelenses, Irgun e Stern, que mais tarde confluíram para o Likud.

Lembrando que esta filiação foi explicitamente mediada pela efusiva simpatia de Jabotinsky por Mussolini, a quem ele enviou, em 1922, uma “carta entusiasmada”, Maurício Tragtenberg frisa a importância da inspiração fascista na formação espiritual e material da Irgun:

[...] Beguin é fruto de uma formação ideológico-política inerente ao Movimento Revisionista criado por Jabotinsky. Esse Movimento adotava a saudação fascista, estilo militar e camisas negras. Um de seus líderes, Aba Haimeir, colaborava no jornal israelense “Doar Hayom” numa seção intitulada “Diário de um Fascista”. Este em 1924 envia seu representante, Dr. Mancini, à Palestina para conhecer o Partido Fascista Judeu. O Primeiro Congresso do Movimento Revisionista de Jabotinsky-Beguin se realiza em Milão em 1932, tendo como slogan “Ordem Italiana para o Oriente”. Devido ao apoio do Movimento Revisionista à guerra de Mussolini contra a Etiópia, a agência noticiosa fascista “Oriente Moderno” saudava o Congresso Revisionista realizado em 1935. A partir de 1935, quando se tornou público o universo concentracionário criado por Hitler e seu anti-semitismo militante, o Movimento Revisionista prudentemente afasta-se de Mussolini. Isso não o impede de organizar na Palestina bandos de “fura-greves”, criar uma central sindical paralela com o nome de “Histadruth Aleumit” e praticar terrorismo contra organizações operárias na Palestina. São os culpados pelo assassinato do dirigente sindical operário Alrosoroff. Recrutavam seus membros entre a classe média de origem polonesa, em crise, e sensível à demagogia fascista. Jabotinsky e Beguin eram comandantes do “Irgun” e o mentor político do fascismo era o rabino Bar-Ilan, conforme o historiador Yehuda Baer (*The Arab Revolt* vol. 9, n. 7, set 1966).<sup>253</sup>

<sup>253</sup> Maurício Tragtenberg, “Menachem Begin visto por Einstein, H. Arendt e N. Goldman”, publicado na Folha de São Paulo de 21-9-1982. Desse artigo colhemos também o texto citado em epígrafe. Loc. cit.

Compreende-se assim porque, durante muitos anos, até que a pressão e o suborno imperialista obrigassem-na a voltar atrás, a ONU incluiu o sionismo entre as doutrinas que, por serem intrinsecamente racistas, contrariavam-lhe a *Carta*.

## 5 Da partilha injusta à guerra prolongada

Ao término da II Grande Guerra, a vaga migratória voltou a acelerar-se entre os sobreviventes da “solução final” hitleriana, contra a qual, sempre é útil lembrar, a cúpula eclesiástica do Vaticano não tinha mexido um dedo. Cada vez mais fortes, os judeus atacavam com violência sempre maior os palestinos, para expulsá-los de sua terra, vingando-se nos árabes das atrocidades que lhes tinham infligido os europeus.

Em 29 de novembro de 1947, a ONU aprovou a resolução 181 (II), que dividia a Palestina em dois Estados, o árabe, com 11.800 km<sup>2</sup>, e o judeu, com 14.500 km<sup>2</sup>, respectivamente 43% e 57% da área total. Partilha flagrantemente injusta, já que, no território atribuído ao Estado judeu, mais de 50% dos habitantes eram árabes, muçulmanos ou cristãos. Pesou, evidentemente no resultado da votação o desejo dos países europeus de compensar, nas costas dos árabes, os sofrimentos dos judeus, vítimas da fúria anti-semita na Alemanha hitleriana. Ao fazer votar a favor da partilha, Stalin cometeu seu único erro estratégico incontestável no quarto de século em que esteve à frente do Estado soviético. Mas a decisão final só foi arrancada pela pressão combinada do governo dos Estados Unidos e dos sionistas. No dia 26, véspera da votação, constatando que faltavam quatro votos para obter a maioria de dois terços exigida pelo estatuto da ONU, os sionistas e seus protetores do governo estadunidense saíram à caça dos votantes mais “influenciáveis”. Foram bem sucedidos: compraram ou extorquiram os votos necessários para impor a Partilha.

A ONU também fixara para o dia 15 de maio de 1948 o término do mandato britânico. Decididos a conquistar o

máximo de terreno para o Estado israelense que pretendiam proclamar naquela data, os sionistas, utilizando a fundo a superioridade de sua organização militar, ampliaram a escala de sua ofensiva. Entre dezembro de 1947 e março de 1948, muitas aldeias árabes (Beld Shaikh, Sasa, Karf etc.) foram varridas do mapa pela Haganah, a principal organização armada clandestina sionista e pelos agrupamentos Stern e Irgun, dois esquadrões da morte especializados nas formas mais sórdidas e covardes de ação terrorista, nos quais os futuros primeiros-ministros Begin e Sha-mir começaram suas peculiares carreiras militantes. Decididos a ultrapassar a Haganah na caça ao árabe, atacaram de surpresa na madrugada de sexta-feira 9 de abril de 1948, aldeia de Deir Yassin, cuja população indefesa foi chacinada numa orgia de bestialidade que sequer poupou mulheres grávidas, cujo ventre foi aberto a facadas. Duzentos e cinqüenta e quatro palestinos foram trucidados; dezenas de meninas foram estupradas, uma, de seis anos, literalmente rachada ao meio.<sup>254</sup> Os depoimentos dos poucos sobreviventes e os relatórios de policiais ingleses foram reunidos por Sir R. C. Catling, diretor-geral adjunto do Criminal Investigation Department na pasta "secreta e urgente" nº 179/11017/65.<sup>255</sup>

Quando Begin, chefe máximo do Irgun, e, nesta qualidade, um dos mais hediondos criminosos políticos do século XX (o que não o impediu de ganhar o Prêmio Nobel da Paz) foi recebido, em dezembro de 1948, pelos sionistas de Nova Iorque, membros eminentes da comunidade judaica lançaram um manifesto em que se dissociavam firmemente dos algozes de Deir Yassin:

esta localidade não participou da guerra<sup>256</sup> e até recusou-se a servir de base para grupos armados árabes. No dia 9 de abril os terroristas [dos grupos Stern e Irgun] atacaram esta

<sup>254</sup> Apoiamo-nos num dos relatos mais objetivos da chacina de Deir Yassin, o livro *Ô Jerusalém*, escrito pelos jornalistas Dominique Lapierre e Larry Collins, na edição francesa, Paris, Laffont, 1971, pp. 363-369.

<sup>255</sup> Cf. Dominique Lapierre e Larry Collins, *op.cit.*, p. 369, nota 1.

<sup>256</sup> Como o massacre ocorreu antes da guerra aberta, iniciada em maio de 1948, ao dizer que os habitantes de Deir Yassin não tinham participado da guerra, a carta aberta se refere à guerra larvada de 1947-1948.



aldeia tranqüila.[...] Massacraram [...] a quase totalidade dos habitantes, deixando alguns vivos para exibí-los como prisioneiros nas ruas de Jerusalém. A maior parte da comunidade judaica ficou horrorizada com este ato. [...] Mas os terroristas, longe de se envergonhar [...] mostraram-se orgulhosos do massacre, convidando todos os correspondentes estrangeiros [...] para ver os cadáveres amontoados [...].

Mostrando não ter incorporado só os valores colonial-racistas europeus intrínsecos à ideologia da "missão civilizatória" da barbárie oriental e recorrentes no liberalismo e na social-democracia, mas também algum sentido de rejeição a métodos abjetos, Ben-Gurion, em carta a seu amigo Haim Ghori, datada de 15 de maio de 1963, assim caracterizou Begin:

[...] é um personagem talhado da cabeça à planta dos pés à imagem do modelo hitleriano. Está disposto a eliminar todos os árabes para completar as fronteiras do país. {...}. Considero-o um grande perigo para Israel [...]. Se chegar ao poder, prossegue Ben-Gurion, colocará "criminosos de sua espécie à frente da polícia e do exército. E concluiu: Não duvido que Begin deteste Hitler, mas este ódio não prova que ele seja diferente de Hitler.

Não obstante, esta e outras horripilantes exibições de crueldade mostraram-se eficientes:<sup>257</sup> aterrorizada, a população árabe da Palestina tomou o caminho do exílio, abandonando casas e campos aos colonos judeus, que ocuparam Tiberíades no dia 19 de abril, Haifa no dia 22, Jaffa no dia 28 e Saffad no dia 10 de maio. A "missão civilizatória" sionista concretizava-se assim no "repovoamento" de um território previamente

<sup>257</sup> Maurício Tragtenberg, loc.cit., assinala que no mesmo dia 9 de abril de 1948, o bando terrorista da "Irgun" após ter massacrado 240 moradores de Deir Yassin, "levou os poucos sobreviventes para uma parada, exibindo-os como cativos nas ruas de Jerusalém. Enquanto a Agência Judaica desculpava-se por esse massacre fora dos planos, os adeptos de Begin convidavam os correspondentes estrangeiros no país para ver os corpos empilhados em Deir Yassin". Exibição de crueldade de fanáticos moralmente degenerados, mas também, parece-nos, eficiente maneira de apavorar ainda mais os palestinos.

esvaziado de seus habitantes. Dizer que os sionistas compraram as terras dos árabes é proferir mentira não menos acintosa do que dizer que os europeus compraram as terras dos índios. Os árabes remanescentes, confinados em bolsões de miséria, foram reduzidos à condição de mão-de-obra superexplorada pelos novos donos do país. Desde a origem, pois, Israel é um fato colonial, baseado na força, muitas vezes no uso friamente premeditado do terrorismo de massa.

O estopim da primeira guerra israelo-árabe, mais exatamente, a passagem da guerra terrorista larvada à guerra aberta foi a fundação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, véspera da data de expiração do aziago mandato britânico. Em setembro do mesmo ano (não por acaso o da criação do Estado israelense) o conde sueco Folke Bernadotte, enviado da ONU à Palestina, foi assassinado em Jerusalém pelos celerados do Stern.

Os anos 1950 foram marcados pelo avanço do movimento antiimperialista nos países árabes, no sudeste asiático e na África. A conferência de Bandung (Indonésia), em abril de 1955, oficializou o surgimento do movimento dos não-alinhados, em cuja linha de frente estava o Egito, onde, em 1952, os "oficiais livres", sob a direção de Nasser, tinham derrubado uma monarquia decrépita e submissa aos ingleses. Os britânicos replicaram com a formação, em fevereiro de 1955, do Pacto de Bagdá, juntando Turquia, Iraque, Paquistão e Irã num bloco pró-imperialista. Em julho de 1956, Nasser, exercendo direito intrínseco a um Estado soberano, nacionalizou o canal de Suez, pondo fim à exploração colonial desta via de comunicação entre o Mar Vermelho e o Mediterrâneo. Foi o que bastou para que a Inglaterra e a França, com a colaboração de Israel, atacassem o Egito. No dia 29 de outubro de 1956, os israelenses invadiram a península do Sinai, desmentindo uma das mais torpes mentiras da propaganda sionista ("foram os árabes que começaram todas as guerras com Israel"); no dia 1º de novembro, tropas inglesas e francesas foram lançadas de pára-quadras para ocupar o território por onde passa

o canal de Suez. Mais além do canal, os imperialistas pretendiam quebrar o ímpeto do movimento nasserista, que ultrapassara os limites do Egito, ganhando ampla adesão das massas árabes. Os franceses tinham ainda o objetivo complementar de punir Nasser pelo apoio que estava prestando à luta de libertação nacional dos patriotas argelinos. O dirigente egípcio recebeu, porém, não somente o apoio dos não-alinhados, mas também o da União Soviética. Até os Estados Unidos deixaram de lado, por uma vez, sua posição de patronos do Estado judeu, para condenar a agressão.

Perante esta ampla e firme reprovação internacional, os anglo-franceses não tardaram a se retirar, carregando nas bagagens um dos mais notáveis fiascos do neocolonialismo. Os israelenses, ao contrário, agarraram-se vorazmente ao terreno conquistado. Confirmando a postura que adotara desde o início do confronto, o general Eisenhower, então presidente dos Estados Unidos, na única exceção importante ao consistente e multiforme apoio que o Estado sionista sempre desfrutou por parte de seu país, lançou, em 20 de fevereiro de 1957, uma declaração em que rejeitou liminarmente a pretensão israelense de negociar a evacuação do Egito:

Uma nação que ocupa território estrangeiro a despeito da oposição das Nações Unidas, pode ser autorizada a impor condições para dele se retirar? [...] Se as Nações Unidas admitirem uma só vez que os conflitos internacionais sejam resolvidos pelo uso da força, terão sido destruídos o próprio fundamento de sua organização e nossa melhor esperança de instaurar uma ordem mundial [...]. Sinto que seria infiel aos imperativos do cargo elevado para o qual fui escolhido se pusesse a influência americana a serviço de uma nação que invade outra [...].

O avanço das forças antiimperialistas árabes prosseguiu após a guerra de 1956. No Líbano, onde tinham se refugiado boa parte dos palestinos expulsos de sua terra em 1948, exacerbava-se o confronto entre a esquerda nasserista e a direita cristã, que encarava as vítimas da truculência sionista como

intrusos incômodos. Os Estados Unidos, preocupados em manter a presença do "Ocidente" na região, enfraquecida pelo fiasco anglo-francês de 1956 e pela aproximação de Nasser à União Soviética, que o tinha firmemente apoiado naquela ocasião, enviaram 5.000 fuzileiros navais a Beirute em julho de 1958. Pretendiam estancar a febre sem cuidar da enfermidade. Conseguiram apenas alastrar o contágio bélico irradiado de Israel, sem impedir o avanço das forças antiimperialistas na região: naquele mesmo momento, com efeito, eclodira a revolução nacionalista iraquiana, que derrubou o rei Fayçal II, vassalo dos ingleses.

Exposto a sistemática repressão e contando principalmente com suas próprias forças, o povo palestino lançou-se à luta. Em outubro de 1959, Al Fatah (O Combate), organização fundada por Yasser Arafat, realizou seu primeiro congresso no Kuwait. Em maio-junho 1964, reuniu-se na Jerusalém árabe o primeiro congresso nacional palestino, que aprovou a criação da OLP. Na noite de 31 de dezembro de 1964, Al Fatah efetuou sua primeira operação armada contra os ocupantes.

Em 1967, de novo apoiados a fundo pelos ianques, os sionistas responderam pela "guerra de seis dias" ao combate palestino de libertação nacional. Desencadeado com furiosos bombardeios sem prévia declaração de guerra, o ataque foi exitoso para os agressores, que ocuparam todos os territórios palestinos, a península do Sinai e as alturas do Golan, na Síria.

Em 1969, Al Fatah assumiu a direção da OLP, aprovando-se uma *Carta* cujo eixo era a luta "para o estabelecimento de uma sociedade democrática livre na Palestina, aberta a todos os palestinos, muçulmanos, cristãos e judeus". Conseqüentemente, não reconheceu o Estado racista de Israel. Posição partilhada pelos demais movimentos guerrilheiros, nomeadamente a Frente Popular pela Libertação da Palestina (FPLP) e a Frente Democrática pela Libertação da Palestina (FDLP).

Mesmo a guerra de 1973 (dita do "Yom Kippur" pelos sionistas), em que as hostilidades foram ostensivamente

desencadeadas pelo Egito e pela Síria, ambas empenhadas em recuperar o território ocupado pelo inimigo em 1967, foi precedida de mortíferas provocações israelenses. Uma, entre muitas outras, foi a “emboscada aérea” de 13 de setembro de 1973,<sup>258</sup> em que a aviação israelense destruiu em operação de *blitzkrieg*, treze caças Mig-21 sírio, tendo perdido um só aparelho (Mirage). As tropas israelenses colheram, na frente egípcia, sua primeira derrota em campo de batalha aberto. Foram salvas pela intervenção da máquina bélica estadunidense, que forneceu informações e recursos para a contra-ofensiva israelense e, em seguida, já na perspectiva do alinhamento do Egito com o imperialismo estadunidense, arbitrou um cessar-fogo.

Em 1974, considerando exaurida, após quatro guerras, a perspectiva de uma solução militar através da Liga Árabe, a OLP iniciou profunda revisão de seu programa histórico, abrindo caminho, no XII Congresso nacional palestino (reunido de 1º a 9 de julho daquele ano), para a adoção do princípio dito dos “dois Estados” e o abandono da consigna de Palestina laica, democrática e não racista.

## 6 Base estadunidense

Em setembro de 1979, Karim Khalaf, prefeito de Ramallah, e Fahd Qawasmeh, prefeito de Hebron, viajaram a Nova Iorque para participar de uma conferência sobre direitos humanos na Palestina, acintosa e sistematicamente violados pelo ocupante israelense. Os governantes dos Estados Unidos, empenhados em desqualificar a OLP em todas as instâncias internacionais, procuravam “cooptar”, árabes “moderados” para falar em nome do povo palestino. Não se prestando a estas

---

<sup>258</sup> A expressão “Emboscade en plein ciel” é o título de uma nota editorial de Le Figaro de 14 de setembro de 1973, assinada por Yves Cuau. Este centenário jornal, o mais tradicional da imprensa francesa, exprime o ponto de vista da ala direita da burguesia bem-pensante. Seria ridículo suspeitá-lo de qualquer simpatia especial pelos árabes.

manipulações, Khalaf e Qawasmeh sofreram o habitual boicote do aparelho mediático imperialista. Foram, porém, entrevistados por uma das raras publicações políticas norte-americanas não identificadas com o sionismo, nem por ele estipendiadas, *Merip Reports*<sup>259</sup>, de circulação restrita, evidentemente. A propaganda estadunidense alardeava intuítos assistencialistas em relação à população da Cisjordânia e da Faixa de Gaza, ocupadas pelo exército israelense. Qawasmeh denunciou a farsa:

A Cisjordânia recebe apenas US\$ 3 milhões dos Estados Unidos. Os israelenses ganham US\$ 3 bilhões. Uma vez um senador americano veio a meu escritório e perguntou “– Você quer alguma coisa?”. Respondi: “– Quero a asa de um avião”. Ele disse: “– Não estou entendendo bem”. Expliquei então a ele: vocês dão aos israelenses Phantoms e outros aviões para que eles nos matem. Tudo que queremos é a asa de um Phantom, que vale cerca de US\$ 1 milhão (um Phantom custa cerca de US\$ 20 milhões). Queremos só uma asa para construir uma escola para que nossas crianças possam estudar. Falar de ajuda de US\$ 3 milhões para os palestinos é caçoada. Com US\$ 3 milhões talvez compremos uma viatura aqui, um encanamento de água ali, talvez uma casa. Mas os Estados Unidos dão US\$ 3 bilhões aos israelenses, com esse dinheiro eles estão construindo 100 assentamentos. Não queremos dinheiro americano. Obteremos de outros esse dinheiro. Se os americanos quiserem nos ajudar, podem ajudar-nos a conquistar nossos direitos. É este o auxílio que queremos. Mas dar apenas US\$ 3 milhões? Recebo US\$ 10 milhões só da Arábia Saudita, sem nenhuma contrapartida.<sup>260</sup>

A revolução iraniana, privando o Império de sua aliança com o Xá Pahlevi, conferiu decisiva importância estratégica ao aliado sionista. “Israel é para nós um trunfo estratégico (strategic asset)”, garantiu Ronald Reagan, em sua campanha presidencial de 1980, à American Jewish Press Association. O

<sup>259</sup> A sigla significa Middle East Research and Information Project, organismo independente sediado em Washington.

<sup>260</sup> Cf. Lena Rifkin, “Peace Treaty sharpens Struggle on West Bank”, *Merip Reports* (83), dezembro de 1979, pp. 6-7.

velho ex-cow boy de Holywood, que, nos tempos do macartismo, servira de alcagüete de atores colegas seus, vagamente suspeitos de simpatia pelo comunismo, reiterou, durante aquela campanha, o elogio aos militares de Israel, “prontos para combater”, constatando que “se não existisse Israel, com sua força, teríamos de supri-la com nossa própria força”. Na presidência do Império, ultrapassou largamente estas promessas eleitorais. No dia 30 de novembro de 1981, seu secretário da Defesa, Caspar Weinberger, assinou, com o colega israelense Ariel Sharon (que iria logo em seguida comandar a invasão do Líbano, onde incorporaria a seu sinistro currículo um dos mais horripilantes genocídios do século XX, o extermínio das aldeias de Sabra e de Chatila), um *Memorandum of Understanding* estabelecendo a “cooperação estratégica” entre o Império e seu parceiro sionista.<sup>261</sup>

---

<sup>261</sup> Sob o título “Les antécédents du général Sharon” o jornalista Amnon Kapeliouk traçou, em *Le monde diplomatique* de novembro 2001, p. 23 (<http://www.monde-diplomatique.fr/2001/11/KAPELIOUK/15774>), o retrato falado do grande criminoso. “Das incursões mais além da fronteira, nos anos 1950, ao comando da unidade 101, de sinistra reputação, e até sua política como primeiro ministro, seu método não mudou: o uso da força e da destruição, sobre um pano de fundo de desprezo pela vida de seus adversários árabes”. Em outubro 1953, organizou uma de suas mais sinistras expedições punitivas. Em represália a um ataque mortífero de um grupo de palestinos infiltrados em Israel, o estado-maior o incumbira de explodir algumas casas na aldeia palestina de Qibya, na Cisjordânia, e de expulsar seus habitantes. O jovem « Arik » Sharon adotou um plano melhor: seus soldados detonaram 600 kg de explosivos em quarenta e cinco casas, com seus moradores dentro. Sessenta e nove pessoas, metade mulheres e crianças, morreram nos escombros. Não se trata de um caso isolado: as operações conduzidas por Sharon sempre se soldavam por perdas muito elevadas para o adversário. Às vezes, porém este ódio furibundo tornava-se politicamente contraproducente. Em fevereiro de 1955, sua tropa de choque matou trinta e oito soldados egípcios numa emboscada perto de Gaza. Foi o que convenceu o presidente egípcio Gamal Abdel Nasser a concluir um importante acordo para aquisição de armas do bloco soviético. Em dezembro do mesmo ano, um ataque, sem nenhum motivo ou objetivo particular, contra posições sírias perto do lago de Tiberíade, trouxe um saldo de cinquenta e seis soldados sírios mortos. Consta que o coronel Moshé Dayán explicou a Ben Gourion, então primeiro ministro israelense, que manifestara certa inquietação com a mão talvez demasiado pesada do grande exterminador: “Arik [...] nunca concluiu uma operação com menos de várias dezenas de mortos nas filas do inimigo”. Cf. Uzi Benziman, Sharon não pára no (sinal) vermelho (em hebreu), Edições Adam, Tel-Aviv, 1985, p. 62, citado por Kapeliouk. Quanta eficiência!

Este acordo formalizou a já consolidada parceria entre os aparelhos policiais e bélicos do Império do dólar e do Estado sionista. Longe de se circunscrever à Palestina, ela já abrangia ampla, sólida e mutuamente proveitosa divisão do trabalho sujo de apoio aos mais tenebrosos regimes e movimentos contrarrevolucionários. No que concerne ao regime de "apartheid" na África do Sul, os israelenses, se apossaram, com cinismo e desfaçatez inigualáveis, daqueles negócios que seus próprios patronos imperiais achavam sujos demais. Foi o que um certo Jacó Meridor, assessor do terrorista Begin, então primeiro-ministro, explicou a um grupo de altos-funcionários governamentais reunidos em Jerusalém:

Vamos dizer a eles, aos americanos: vocês não devem competir conosco em Taiwan, [...] na África do Sul, [...], no Caribe ou em quaisquer outros países onde vocês não possam fazer isso (vender armas) diretamente. [...] Deixemos fazer isso. Eu até digo a eles: – Vocês vendem a munição e o equipamento por procuração, por seu procurador. Isso deve ser levado adiante com uma certa concordância por parte dos Estados Unidos, onde obtivermos certos mercados [...] que serão deixados para nós.<sup>262</sup>

A colaboração com o regime do "apartheid" na África do Sul, um tanto envergonhada até 1967, tornara-se, desde então, franca e aberta, mesmo porque a afinidade entre os dois regimes era fortíssima. Em 1973, o chefe do Bureau of State Security (BOSS), máquina de triturar patriotas africanos, visitou Israel para consolidar a internacional dos torturadores de negros e de árabes. Em abril de 1976, confirmando a fraterna identificação do regime do "apartheid" explícito com o do "apartheid" tácito, o primeiro-ministro sul-africano John Vorster visitou o Estado sionista. O contato foi tão caloroso que os governantes de Pretoria e de Tel-Aviv decidiram, para coroá-lo, instituir uma

<sup>262</sup> Esther Howard, "Israel: The Sorcerer's Apprentice", *Merip Reports* (112), fevereiro de 1983, p. 22. A sintaxe tortuosa está na declaração original do mercador de armas, publicada em 18 de agosto de 1981 no *Los Angeles Times* e no *Financial Times*. Cf. Howard, *ib.*, p. 30, nota 53.



Comissão ministerial conjunta, em que ocupavam lugar proeminente os ministros da Defesa das duas partes. Os três tópicos principais desta profícua colaboração eram o comércio de armas, a tecnologia nuclear e a “contra-insurgência”.

A parceria nuclear entre os dois regimes de “apartheid” consistiu na troca de urânio enriquecido sul-africano por tecnologia nuclear israelense. Em setembro de 1979 uma explosão no Atlântico Sul foi detectada por um satélite estadunidense. Uma força-tarefa naval sul-africana estava manobrando na área. Tanto a CIA quanto o Pentágono reconheceram o caráter nuclear da explosão, embora os porta-vozes de mais alto nível do então presidente Carter a tenham acobertado.<sup>263</sup> Entrementes, a suspensão, em 1976, da cooperação militar estadunidense com o regime de Pinochet tinha ensejado ao Estado sionista mais uma estupenda carteira de negócios bélicos.

Foi Reagan, entretanto, quem conduziu a um novo patamar o compromisso estadunidense com Israel. Caucionou política e diplomaticamente a referida divisão do “trabalho sujo” em escala planetária, em que Israel assumia “por procuração” as iniciativas que sequer os Estados-Unidos ousaram manter.

Em 1982, o Estado judeu ocupava, de longe, o primeiro lugar entre os beneficiários da assistência militar estadunidense. Recebeu US\$ 2.206 milhões, contra US\$ 167,4 milhões para a Coreia do Sul (na linha de frente da luta contra o “Império do Mal”) e US\$ 156 milhões para El Salvador (cujo aparelho militar estava, naquele momento, empenhado em contra-atacar, com métodos e armas genocidas *made in USA*, a guerrilha camponesa dirigida pela Frente Farabundo Martí de Libertação Nacional).<sup>264</sup>

---

<sup>263</sup> Cf. *ib.*, p. 23.

<sup>264</sup> Cf. Sheila Ryan, “The Reagan Budget: Money is Policy”, *Merip Reports* (105), maio de 1982, p. 15.

## 7 A primeira invasão do Líbano<sup>265</sup>

Não há guerra limpa, mas há guerras mais sujas do que outras. Ao lado dos confrontos em campo aberto, Israel nunca cessou de aprimorar sua já ampla atividade terrorista, visando a (1) manter sob pânico permanente os territórios palestinos ocupados, (2) eliminar, através de assassinatos "seletivos", os dirigentes da resistência e (3) multiplicar os ataques contra os países árabes que tinham acolhido os refugiados palestinos. Não tem outra origem a invasão do Líbano, desencadeada, em 1982, pela dupla Begin, então primeiro-ministro e Shamir, seu ministro do Exterior. O comando das operações coube ao general Ariel Sharon, o mais notável e criativo discípulo daqueles dois catedráticos do terrorismo.<sup>266</sup> Mostrou-o no cerco de Beirute, que se estendeu de junho a agosto de 1982. Sob seu comando, os aviões da estrela de Davi, dispostos a triturar os combatentes

<sup>265</sup> Foi "ex post", em vista da segunda invasão do Líbano pelo Estado facho-sionista, em 2006, que acrescentamos o adjetivo "primeira" ao título desse tópico.

<sup>266</sup> Em artigo acima referido e já por nós longamente citado, Amnon Kapeliouk evoca outras proezas do sinistro abutre. No início dos anos 1970, incumbido de aniquilar os guerrilheiros (então ditos fedayin) na faixa de Gaza, ocupada por Israel desde 1967, ele elaborou uma lista de mais de uma centena de palestinos "procurados" e os liquidou sumariamente um depois do outro. Na mesma ocasião, expulsou com requintes de crueldade e sem ordem superior milhares de beduínos da região de Rafah, ao sul da faixa de Gaza; suas casas foram arrasadas e seus poços d'água entupidos. No final de abril de 1982 (alguns meses antes de promover o holocausto de Sabra e Chatila), decidiu, por conta própria, aproveitando sua qualidade de ministro da defesa, que a cidade de Yamit, construída durante a ocupação israelense da península do Sinai, não deveria ser entregue ao Egito. Ao evacuar aquele território, nos termos do tratado de paz israelo-egípcio, as tropas a seu mando destruíram Yamit completamente. Foi nesse estado de espírito que o incansável "serial killer" entrou logo depois no Líbano. "A guerra do Líbano, escreveram os jornalistas israelenses Zeev Schif (Haaretz) e Ehoud Yaari (televisão israelense), nasceu no espírito conturbado de um certo indivíduo decidido e capaz de tudo, que arrastou toda uma nação [...]. Poderíamos afirmar que, preparando essa guerra e ao longo de seus primeiros meses, produziu-se em Israel uma espécie de putsch de tipo incomum [...]. Em vez de se apoderar das instituições [...] ou de dissolvê-las, como fazem habitualmente os autores de um golpe de Estado, Sharon elaborou uma fórmula que lhe permitiu controlar o processo de tomada de decisões. Ele privou as instituições democráticas de seu poder de controle e de supervisão e debilitou os freios que integram o sistema do poder". Zeev Schif, Ehoud Yaari, *Guerra enganosa* (em hebreu). Edições Schocken, Tel-Aviv, 1984, p. 380.

da OLP, bombardearam a capital libanesa com tanta bestialidade que o próprio Ronald Reagan protestou junto a Begin contra o que qualificou de "atos inadmissíveis". Para dar uma satisfação ao inquilino da Casa Branca, Begin ordenou a seu ministro da defesa que cessasse o bombardeio aéreo de Beirute.

Mas Sharon iria compensar largamente, por via terrestre, o massacre que não pôde prosseguir por via aérea. Mediado pelo diplomata estadunidense Philip Habib, foi concluído um acordo de cessar-fogo que entrou em vigor no início de setembro: a OLP se retirava de Beirute e os israelenses, em troca, comprometiam-se a não penetrar na capital libanesa e a garantir a segurança da população palestina. Duas semanas após a retirada de Arafat e da força combatente palestina, Sharon, violando suas solenes promessas com hitleriano cinismo, ocupou Beirute à frente de suas tropas de choque. Vinte e quatro horas depois, desenvolvendo, sem dúvida, um plano já bem delineado em sua mente degenerada, cercou, à frente de forte destacamento do exército judeu, os campos de refugiados palestinos de Sabra e de Chatila, situados ao sul da cidade. Em seguida, neles fez entrar um esquadrão da morte composto de maronitas de extrema direita, sob o comando do major Haddad, outro psicopata da mesma laia de um Mengele ou Eichmann, sedento de morticínios. Os matadores começaram a torturar e massacrar a população das duas aldeias, enquanto os soldados de Sharon, que a tudo assistia de seu Q.G., ajudavam bloqueando os acessos ao enorme matadouro. Duas horas após o início do massacre, o comando israelense já dispunha de relatos terríveis. Mas continuou, impávido, a garantir o holocausto, que durou quarenta horas, deixando mais de mil trucidados, na maioria mulheres, crianças e idosos. Outras centenas de moradores dos dois campos foram seqüestrados pelos assaltantes. Continuam "desaparecidos" até hoje.<sup>267</sup>

<sup>267</sup> Cf., entre muitas outras fontes fidedignas, Amnon Kapeliouk, *Sabra et Chatila - Enquête sur un massacre*, Paris, Seuil, 1982.

O mediador estadunidense Habib, não conteve sua cólera: "Sharon é um assassino, animado pelo ódio contra os palestinos. Dei garantias a Arafat de que os palestinos [que permaneceriam em Beirute] não seriam tocados, mas Sharon não honrou seus compromissos. Uma promessa desse homem não vale nada".<sup>268</sup> Uma comissão de inquérito israelense concluiu que Sharon carregava responsabilidade pessoal pelo massacre e recomendou que lhe fosse retirado o cargo de ministro da defesa.<sup>269</sup> Deve tê-lo consolado, ao perder o cargo, saber que, a invasão do Líbano, que ele comandara, foi responsável por mais de vinte mil mortos libaneses e palestinos.

## 8. Da primeira *Intifada* às ilusões de Oslo

Em dezembro de 1987 desencadeou-se no campo de refugiados de Jabalia, na Faixa de Gaza, a primeira "Intifada", rebelião nacional contra a ocupação israelense. Tal fagulha na pradaria seca, ela se propagou pela Cisjordânia. Armados de pedras, paus e, sobretudo da heróica paixão dos que preferem morrer em pé a viver de joelhos, homens, mulheres e crianças palestinas enfrentaram sem armas o mais aguerrido aparelho repressivo do planeta, municiado com armamentos pesados de alta tecnologia destrutiva.

No mesmo mês de dezembro de 1987, a Assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução contra o terrorismo, contra a qual só dois países votaram contra, os Estados Unidos e Israel. Aliados da África do Sul racista, incomodava-os o parágrafo da resolução que reconhecia o direito dos povos de lutarem contra um regime colonialista ou contra uma ocupação militar.

<sup>268</sup> Patrick Seale, *Assad* (tradução em hebreu), Tel-Aviv, Editions Maarakhot (Tshah, ministère de la défense d'Israël), 1993, p. 383.

<sup>269</sup> A Comissão concluiu que devia ser imputada ao ministro da defesa a "responsabilidade por ter sido negligenciado o perigo de atos de vingança e de massacres por parte dos falangistas contra a população dos campos de refugiados [...] quando ele decidiu introduzir os falangistas nos campos.[...] Mas a responsabilidade criminosa dos dirigentes israelenses acabou, foi afastada. Nenhum genocida foi molestado. Lobo não come lobo.

A versão sionista superdimensionou, com escancaradas más-intenções, a participação de dirigentes da OLP na organização e condução do levante. Segundo o opressor, o oprimido está sempre resignado e só a intervenção exógena de agitadores e terroristas profissionais explicaria eventuais revoltas. Este raciocínio conspiratório, de clara inspiração policialesca, foi radicalmente desmentido por Amira Hass, corajosa jornalista israelense que se instalou na Faixa de Gaza em 1993, na qualidade de correspondente do quotidiano *Ha'Aretz* e, numa decisão que merece respeito, fixou moradia em Gaza (porque, como explicou no livro que consagrou aos palestinos sitiados em sua própria terra, “eu não poderia compreender uma sociedade e escrever a seu respeito sem estar efetivamente no meio dela”).<sup>270</sup> Contrariamente ao que sustentam os jornalistas Ze'ev Schiff e Ehud Ya'ari no livro *Intifada*, baseado nos arquivos da Shabak (polícia política israelense) e considerado pelos sionistas como a última palavra sobre o assunto, ela mostra, a partir de discussões com alguns dos mais combativos militantes da Intifada, como a revolta brotou de um profundo e longamente maturado sofrimento. Ihab al-Ashqar, membro da direção nacional unificada da *Intifada* e um destes militantes com quem ela manteve longos contatos em Gaza, explicou-lhe concisamente a dinâmica da revolta: “Absorvemos pancada atrás de pancada e o mundo pensa que elas não nos ferem. Mas há uma montanha de cólera e frustração e a grande explosão, cedo ou tarde, acaba chegando”.<sup>271</sup>

Não por acaso, foi na faixa de Gaza que surgiu, nos anos 1970, o *Jihad Islâmico* (Guerra Sagrada Islâmica), lutando pela independência da Palestina e supressão de Israel. Como as demais organizações de luta armada, tem um braço militar e um político. Apoiou a Intifada com operações guerrilheiras. Forma

---

<sup>270</sup> Amira Hass, *Drinking the sea at Gaza*, Londres, Hamish Hamilton, 1999, p. 4. A versão original foi publicada em Israel sob o título *Lishtot meharyam shel'Azza*.

<sup>271</sup> *Ib.*, p. 34.

semelhante de organização foi adotada pelo o *Hamas* (Movimento Islâmico de Resistência), fundado em 1987, na onda ascendente da rebelião nacional.

Durante os seis anos que durou o movimento, os atiradores profissionais de Israel mataram 1.258 palestinos. A opinião pública internacional, inclusive a europeia, sensibilizou-se com tão desigual e corajoso combate. Arafat foi recebido pelo Parlamento Europeu em 13 de setembro de 1988 e convidado para expor a causa de seu povo na Assembléia Geral da ONU. Mas o governo estadunidense, que havia acolhido terroristas profissionais como Begin, proibiu-o de comparecer a Nova Iorque. A ONU teve de transferir para Genebra a sessão em que o dirigente da OLP iria tomar a palavra.

A URSS tinha patrocinado, em seus estertores, junto com os Estados Unidos, a convocação, para 30 de outubro de 1991, de uma conferência em Madri, visando a um acordo de paz entre a OLP e o Estado israelense. A guerra dita "do Golfo", expedição colonial da OTAN que culminou no primeiro massacre pirotécnico do Iraque, tornara a correlação internacional de forças ainda mais desfavorável para o movimento antiimperialista e particularmente para a OLP, então sediada na Tunísia, para onde tivera de se retirar quando os israelenses invadiram o Líbano. Ainda assim, foi clara a vitória diplomática e moral obtida em Madri pela causa palestina. Com o nítido triunfo obtido por Yitzhak Rabin, à frente do partido trabalhista, nas eleições gerais israelenses em 23 de junho de 1992 o partido cripto-fascista Likud deixou o poder após quinze anos. Parecia abrir-se o caminho para um acordo de paz justo e durável.

Entretanto, com os protetores do sionismo ditando as regras, foi exigido de Arafat, além de desmobilizar seu povo em luta, deixar fora da agenda das negociações os quatro milhões de refugiados palestinos cujas casas e terras haviam sido confiscadas pelos israelenses, e que viviam, muitos deles há meio século, num doloroso e paupérrimo exílio, bem como os muitíssimos presos políticos palestinos torturados nos

cárceres sionistas. Em setembro de 1993, as duas partes aprovaram em Oslo um “Plano de Paz”, patrocinado por Clinton e seus sócios da OTAN. Os termos do acordo permitiam a formação de uma “Autoridade Nacional Palestina” (ANP), para administrar alguns enclaves não contíguos e economicamente inviáveis, alguns bolsões de mínimas dimensões cercados de tropas israelenses de todos os lados, com as fronteiras controladas por Israel. Em troca de tão graves concessões, a OLP obteve apenas o reconhecimento de seu direito à autodeterminação, limitado, porém, nos termos do acordo assinado no Cairo em 4 de maio de 1994, à faixa de Gaza e a Jericó. Sequer conseguiu, em troca do reconhecimento do Estado sionista, a garantia de formação de um Estado nacional nos territórios ocupados. Teve, enfim, de aceitar que os palestinos hostis a este acordo fossem classificados de “terroristas”. Tal foi o preço desmedido que Arafat pagou para estabelecer a Autoridade Palestina no dia 17 daquele mês.

Ele e seus conselheiros sem dúvida consideravam o acordo apenas como o menor mal possível na situação concreta. Esperavam acumular forças para lançar as bases de um Estado Palestino. Ocorreu o contrário: a Palestina permaneceu cercada pelo truculento exército de Israel, que continuou a garantir o estabelecimento, em território palestino, de vagas sucessivas de colonos judeus armados até os dentes e atirando para matar. As desapropriações de terras e destruições de casas e aldeias inteiras dos palestinos prosseguiram, inexoráveis, ao lado da expansão dos assentamentos inclusive sob o governo de Rabin, e, sobretudo de Peres, Netanyahu e Barak. Cada minúsculo passo dado na laboriosamente negociada, lentíssima e sempre reversível retirada israelense, era frustrado ou cancelado segundo a vontade dos ocupantes. Diante da constatação de que o principal efeito do plano de Oslo foi bloquear e desarticular o levante revolucionário, o movimento nacional palestino acabou sendo impelido a uma nova rebelião. As negociações patrocinadas por Clinton na reunião de cúpula com Arafat e Ehud Barak em Camp David, (julho de 2000), desmentem a idéia de que o acordo

estivesse próximo. No mês de janeiro de 2001, esboçaram-se acordos entre israelenses e palestinos, mas já era tarde demais, pois as eleições israelenses estavam muito próximas.

## 9 A segunda Intifada

No dia 28 de setembro de 2000, ladeado de insolente e pesadamente armada tropa de esbirros, Ariel Sharon voltou a alçar seu vôo de abutre, desfilando provocadoramente em Jerusalém pela esplanada das mesquitas (Haram al Sharif), lugar sagrado do islamismo. Além da provocação em si mesma, exasperou sobremaneira os palestinos a ameaça de demolição das mesquitas, que teriam sido construídas, segundo alegação dos judeus fundamentalistas mais fanáticos, sobre o templo destruído pelos romanos há dois mil anos atrás. O genocida de Sabra e Chatila buscava assim um pretexto para retomar a guerra de aniquilamento dos palestinos. Mas não estava agindo sozinho. Contava com cumplicidades entre os trabalhistas: não dispondo, então de nenhum cargo oficial, não teria obtido, sem o aval do primeiro-ministro trabalhista Barak, uma tropa de choque para tripudiar pública e acintosamente sobre o sentimento coletivo de um povo já tão oprimido e ultrajado. Os dois e seus partidos respectivos estavam preparando o cenário para um governo de "unidade nacional", com Sharon no comando, e a guerra total contra os palestinos por missão.

Tal foi o estopim da nova Intifada, em que se combinaram, como em todas as guerras do povo, mobilizações de massa, ataques (alguns suicidas) movidos pela resistência armada e as lutas de rua travadas por meninos heróicos, enfrentando, armados de pedras, os atiradores de elite do Estado terrorista judeu. Confirmando que a diferença entre os trabalhistas, herdeiros das piores tradições colonialistas da II Internacional e o Likud, continuador do fascismo sionista de Jabotinski *et caterva*, tende a zero quanto se trata de reprimir os árabes, nos primeiros quinze dias do levante, registraram-se 99 mortes, 95



palestinos e 4 israelenses. Em seis meses, até fevereiro de 2001, quando, completando a manobra política desfechada com o passeio provocador pela esplanada das mesquitas, Sharon foi oficialmente guindado à chefia do governo, a repressão sionista já havia matado 444 palestinos, dos quais 138 crianças. Dentre os mais de 13.100 feridos durante o mesmo período, 1.500 foram mutilados e 5.000 são crianças com menos de 18 anos. Quando prendem meninos atirando pedras, os esbirros israelenses costumam quebrar-lhes a mão com uma marretada. Muitos ativistas presumidos da resistência clandestina foram executados sumariamente. Outros, torturados para extorquir informações.

Um ano após o início da segunda Intifada, parasitando, em nome da “guerra contra o terrorismo”, a ofensiva racista anti-árabe da máquina de guerra estadunidense em represália aos atentados de 11 de setembro de 2001, Sharon invadiu a Cisjordânia e a faixa de Gaza. Nas seis cidades que ocupou, impôs o estado de sítio à população civil. Entre incontáveis outros crimes, o Hospital da Santa-Família, em Belém, que estava sob proteção francesa, foi alvejado várias vezes por tiros de tanques”.<sup>272</sup> A idéia era desmoralizar e humilhar a Autoridade Palestina, aterrorizando o povo palestino até levá-lo à resignação e ao desespero. A FPLP, um de cujos dirigentes tinha sido assassinado pelos sionistas na Cisjordânia, em agosto, replicou em 17 de outubro, matando Rehavam Zeevi, ministro israelense do turismo e um dos membros mais extremistas de um gabinete extremista.

Em abril de 2002, sem contar as muitas centenas de vítimas fatais do hediondo massacre de Jenin (a cidade heróica que, apesar da patética desigualdade de armamentos, resistiu palmo a palmo, até a última pedrada, aos facínoras sionistas), 1.438 vidas palestinas já haviam sido ceifadas pelos invasores.

---

<sup>272</sup> O governo francês protestou, pela via diplomática, contra estas violações “do direito humanitário internacional”. Cf. Agence France-Press, Paris, 25 de outubro de 2001.

Além dos muito mais numerosos feridos graves e mutilados, de todas as faixas etárias. O bloqueio de cidades e aldeias palestinas provocou um desemprego sem precedente, que atingiu cerca de 50% da mão-de-obra. Obrigou muitas mulheres palestinas a darem à luz no chão, diante das barreiras israelenses, guardadas por soldados que se mostraram inflexíveis a ponto de deixar morrer dois recém-nascidos e uma mulher em trabalho de parto.

O aparelho repressivo da China Popular tem mão pesada, mas percorreu o mundo a imagem do jovem dissidente liberal que obrigou uma coluna de blindados a desviar de rota. A máfia mediática sempre o exhibe para mostrar o caráter ditatorial do regime comunista chinês: o jovem, sem sombra de dúvida extraordinariamente corajoso, arriscou a vida para deter os tanques do exército da China. Comparemos, entretanto, esse episódio com o relato de uma jovem friamente esmagada na Palestina por um buldôzer manejado por um soldado de Israel. Uma diferença salta aos olhos até dos cegos voluntários: os soldados chineses desviaram os tanques para não esmagar aquele que os desafiava; os soldados israelenses, com criminosa covardia, esmagaram uma garota de 23 anos.

Seu nome era Rachel Corrie. Militante de The International Solidarity Movement, desde alguns meses, com seis outros jovens norte-americanos, formava escudo humano na defesa de um grupo de casas do bairro de Salem, em Rafah, ocupada pelas tropas israelenses, no sul da faixa de Gaza, junto à fronteira com o Egito. Durante os últimos dois anos, centenas de moradias palestinas tinham sido destruídas em operações de "limpeza" da linha de fronteira com o Egito. No dia 16 de março de 2003, armada de um alto-falante e de um cartaz, tratava de convencer o motorista de um "buldôzer" a não demolir uma das casas. Em vez disso, ele pôs o mastodonte em marcha, esmagando a garota com sua enorme pá. Testemunhas afirmam que, logo depois de a ter derrubado, o homicida deu marcha a ré e arremeteu de novo, esmagando-a. Na primeira imagem fotográfica, ela está diante da escavadora,

protegendo com o próprio corpo a frágil parede da casa sobre a qual enorme pá do “bulldôzer”. Na segunda seqüência, está no chão, esvaindo-se em sangue. Não consta ter havido investigações. Nem sequer houve pedidos de desculpa ou apresentação de condolências aos pais de “Racha”, cuja morte brutal foi simplesmente ignorada pela imprensa a soldo do dólar.

## 10 A indústria da mentira imperial-sionista

A opinião pública israelense uivou escandalizada quando José Saramago declarou que o que estava ocorrendo na Palestina era “um crime que podemos comparar com o que ocorreu em Auschwitz”. Amos Oz, escritor israelense que às vezes posa de pacifista (sempre que Israel não esteja em guerra, limpa ou suja), acusou Saramago de ser “anti-semita” e de dar prova de uma “incrível cegueira moral”. Quanta insolência! Até nisso, aliás, Israel é uma miniatura do império do dólar e dos mísseis. Assim como este se apropriou do nome “América”, que até prova em contrário refere-se a um continente, os sionistas apoderaram-se, para fins polêmicos, do termo “semita”, como se árabes e sírios não o fossem. O senhor Oz faria melhor se abrisse os olhos de sua consciência embotada pela hipocrisia. Em vez de imputar cegueira àqueles de quem diverge, deveria deixar de usar a memória das vítimas do extermínio hitleriano para encobrir o terrorismo de Estado israelense. Basta, com efeito, um mínimo de honestidade, ou para retomar a expressão com que o senhor Oz gratificou Saramago, basta não ser portador de “cegueira moral”, para constatar o contraste entre os raríssimos filmes consagrados aos palestinos, vítimas de um dos mais torpes holocaustos do século e a portentosa indústria cinematográfica do holocausto, controlada pelo dinheiro sionista, para a qual só têm valor de uso as lágrimas dos judeus.

Mesmo os meios políticos árabes mais enfeudados ao grande império delinqüente protestam contra as “informações” da CNN sobre o Médio Oriente, especialmente por reservarem a palavra “terrorista” para referir-se a árabes e islâmicos. Noam Chomski bem explicou essa unilateralidade semântica:

Nos manuais militares norte-americanos, define-se como terror a utilização calculada, para fins políticos ou religiosos, da violência, da ameaça de violência, da intimidação, da coerção ou do medo. O problema de tal definição é o fato de se aplicar muito exatamente ao que os Estados Unidos chamaram de guerra de baixa intensidade, reivindicando esse gênero de prática. Aliás, em dezembro de 1987, quando a Assembléia Geral da ONU aprovou uma resolução contra o terrorismo, um país se absteve de votar, Honduras, e dois outros votaram contra, os Estados Unidos e Israel. Por que fizeram isso? Por causa de um parágrafo da resolução que indicava que não se tratava de questionar o direito dos povos de lutarem contra um regime colonialista ou contra uma ocupação militar. Ora, na época, a África do Sul era aliada dos Estados Unidos. Além dos ataques contra seus vizinhos (Namíbia, Angola etc.), que provocaram a morte de centenas de milhares de pessoas e destruições avaliadas em US\$ 60 bilhões, o regime racista de Pretória enfrentava, dentro do país, uma força classificada de "terrorista", o Congresso Nacional Africano (CNA). Quanto a Israel, ocupava ilegalmente territórios palestinos desde 1967, outros no Líbano desde 1978, guerreando, no sul desse país, contra uma força classificada por ele e pelos Estados Unidos de "terrorista", o Hezbollah.<sup>273</sup>

O movimento Hezbollah, que travou longa, heróica e vitoriosa guerra de guerrilhas contra a criminoso ocupação israelense do Líbano,<sup>274</sup> é, com efeito, sistematicamente classificado de terrorista pelos "comunicadores" adestrados para só latir quando e como os donos mandam, não obstante o epíteto caber mil vezes mais ao Estado sionista, que tortura impunemente militantes palestinos<sup>275</sup> e tem sido governado, a maior parte do tempo, por catedráticos do terrorismo.

<sup>273</sup> A explicação é de Noam Chomski, em conferência no Massachusetts Institute of Technology de Boston (MIT), no dia 15 de outubro de 2001.

<sup>274</sup> Essa referência ao Hezbollah, é anterior à segunda invasão do Líbano pelo Estado facho-sionista em 2006. (Ver nota 23). O Hezbollah, uma vez mais, esteve à frente da heróica e vitoriosa resistência do povo libanês.

<sup>275</sup> Sobre o caráter sistemático da tortura de palestinos em Israel, ver "ONU exige que Israel pare com tortura", de Serge Schmemman, publicado em *The New York Times* e reproduzido em *O Estado de S. Paulo* de 13 de maio de 1997.

A eficiência da mentira mediática depende da verossimilhança do que diz e do que mostra, portanto das palavras que escolhe e das imagens que exhibe. Deixando de lado os “comunicadores” de periferia, que, em matéria internacional, não passam de estafetas e tradutores da mediática estadunidense, escolhem alguns exemplos dos métodos em vigor na CNN para manipular notícias relativas à tragédia palestina.

Baruch Goldstein, o colono israelense que assassinou vinte e nove palestinos na mesquita Ibrahimi de Hebron numa mesquita de Hebron em no dia 25 de fevereiro de 1994, foi sempre qualificado de “extremista”, nunca de “terrorista” pela matilha mediática a soldo do dólar. A camuflagem da brutalidade israelense se completa por relatos distorcidos sobre a “violência palestina”. Sócia mais discreta e menos assumidamente facciosa do que a grande rede estadunidense, a BBC não deixa, porém, de contribuir para a mistificação terminológica: ordenou a seus repórteres utilizar a expressão “mortes seletivas” para o assassinato de palestinos por Israel.

Outro aspecto característico da mistificação mediática planejada é apagar, tanto quanto possível, a história dos crimes e espoliações sionistas. Os protestos contra os assentamentos ilegais construídos por judeus em terra palestina são classificados gentilmente de “conflitos de patrimônio”. Centenas de aldeias e outras localidades que levavam nomes árabe-palestinos desde tempos imemoriais, foram atingidas pelo genocídio onomástico sionista. Boa parte da área em que os israelitas construíram Gilo foi arrebatada aos palestinos de Beit Jala (Gilo é o termo hebraico correspondente a Jala). Mas os “comunicadores” da CNN estão proibidos de mencionar este fato. Os escritórios centrais da CNN em Atlanta são, ao menos, sinceros: “Vamos nos referir a Gilo como um bairro judeu no subúrbio de Jerusalém, construído sobre terras ocupadas por Israel em 1967. Não o qualificaremos de assentamento”.

Michael Holmes, jornalista honrado, desses que não comem na mão do dono, enviou à CNN protesto por ter sido vetada sua reportagem sobre os motoristas de ambulância do Crescente Vermelho que tinham sido repetidamente alvejados pelas tropas israelenses.

Arriscamos nossas vidas e andamos com motoristas de ambulância [...] durante um dia inteiro. Testemunhamos de nossa janela na ambulância que estávamos sendo alvejados por soldados israelenses [...] A história [...] só foi levada ao ar duas vezes. O agente sionista Rick Davis (um executivo da CNN) eliminou-a. A razão alegada foi que não tínhamos exposto o ponto de vista do exército israelense, apesar de termos declarado na nossa história que Israel acreditava que os palestinos estavam contrabandeando nas ambulâncias armas e pessoas procuradas.

Só quando, depois de três dias, o exército israelense deu uma entrevista à CNN é que Holmes pôde passar a sua história, mas com a desonesta inclusão de uma linha dizendo que as ambulâncias foram apanhadas em “fogo cruzado” (isto é, que palestinos também atiraram a partir das suas próprias ambulâncias).

Numa reportagem sobre os destroços de Ramallah, após a arrasadora incursão israelense em abril de 2002, os chefões da CNN em Atlanta fizeram repetir três vezes que “Israel diz que está fazendo todas essas incursões porque quer destruir a infra-estrutura de terror”.

## 11 Sharon na ofensiva

Enquanto prosseguia a carnificina, Sharon, com a cumplicidade de Bush filho e assecclas (“Por mim, podem até enforcar Arafat”, proclamou o vice-presidente Cheney), submetia Arafat a uma sórdida agiotagem política, responsabilizando-o não somente pela Intifada (como se ele pudesse controlar um levante nacional) como também por

todas as operações armadas palestinas em Israel. Sabia muito bem, entretanto, que Arafat já tinha ido até o extremo limite da possibilidade de reprimir o Hamas e os outros movimentos guerrilheiros *sem provocar uma guerra civil entre palestinos*. Mas é exatamente isso que pretendia: em vez de Intifada contra os ocupantes, que os palestinos se matassem uns aos outros, contribuindo para sua política de extermínio gradual.

Sem serem partidários dessa “solução final”, falsos pacifistas, como Amos Hoz e outros tartufos do mesmo naipe, têm dado sua contribuição para a inversão de responsabilidades. Hoz declarou que “Sharon é um presente de Arafat” e que esse, ao exigir “no último momento [...] o “retorno dos refugiados” teria posto a perder as negociações. “Os palestinos têm direito de voltar para seu país, não ao nosso”.<sup>276</sup> Nosso de quem? Hoz acha justo exigir da Alemanha reparações pelo genocídio nazista, mas acha que não é preciso indenizar milhões de palestinos expulsos de sua terra.

O único pretexto não inteiramente mentiroso de que se serviu o Eixo imperialista anglo-estadunidense para invadir o Iraque em março-abril 2003, é o de que Saddam ajudava os “terroristas”. De fato, o governo iraquiano concedia auxílio financeiro às famílias dos autores de ataques suicidas. Mas eram somas irrisórias se comparadas ao fluxo de dólares e de armas que o Império Delinqüente carrega para seu sócio israelense. No rastro de fogo e sangue daquela invasão, Bush filho houve por bem, para dar um mínimo de compensação política aos governos árabes que lhe prestam vassalagem, reconhecer o direito palestino a um Estado (em formato de bantustão), exigindo, em contrapartida, que Arafat, como quer Sharon, fosse afastado das negociações e substituído pelo primeiro-ministro palestino Mahmoud Abbas.

Não devemos esquecer, entretanto, que nem todos os israelenses apóiam os crimes sionistas e a “solução final” de Sharon. Os pacifistas sinceros e coerentes não são muitos, mas

<sup>276</sup> Cf. Folha de São Paulo de 9-7-2001.

não lhes falta lucidez e coragem. Entre outros, o militante pacifista David Grossman explicitou as questões essenciais do programa de paz dos progressistas israelenses num texto intitulado "A dor que Israel tem de aceitar":

De acordo com o mapa estabelecido pelos Acordos de Oslo, os palestinos não teriam conseguido um verdadeiro Estado, mas territórios cercados e separados por ocupantes israelenses [...]. Se examinamos os principais obstáculos que impedem que o problema do regresso dos refugiados palestinos possa resolver-se [...], é impossível deixar de lado a enorme importância dos assentamentos. [...] Há alguma possibilidade de que finalmente compreendamos que mesmo numa questão tão carregada de emotividade como esta não podemos impor uma solução aos palestinos? [...] Nenhum Estado pode permitir a presença, em seu território, de enclaves fortificados e armados, defendidos por forças de um país estrangeiro com o qual mantém vínculos exclusivos. Para lograr uma paz justa e duradoura há que desmontar um grande número de assentamentos, não só alguns pequenos na Cisjordânia [...] mas qualquer enclave, independentemente de seu tamanho e antiguidade, cuja localização represente obstáculo para o acordo de paz. [...] Não nos enganemos: a maior parte dos assentamentos se criaram com o expresso objetivo de bloquear qualquer acordo com os palestinos, ou ao menos de impedir uma continuidade territorial que permitiria a constituição de um Estado palestino. [...] Portanto, chegou a hora de que todos os israelenses se perguntem sinceramente se estão dispostos a morrer por colonos que vivem em enclaves isolados e armados, no meio de uma população árabe. [...] Os defensores da paz devem tomar uma decisão definitiva, apesar de todos os lamentos que ocasione. O perigo será ainda maior se Israel não tiver coragem para tomar esta decisão.

Outra israelense, Nourit Peled-Elkhanan, filha do general Mattityahou Peled, um dos iniciadores do diálogo israelo-palestino, e mãe de Smadar, uma menina morta em 1997, aos quatorze anos, num ataque efetuado pelo Hamas em Jerusalém, expressou com pungente concisão o triunfo da morte:

Em Israel, a morte governa e esse governo é um governo de morte [...]. A máquina israelense de doutrinação consegue apresentar (os atentados palestinos) como se estivessem



totalmente desconectados da realidade israelense. Mas [...] eles são apenas o último elo de uma cadeia de eventos pavorosamente sangüinários [...] cuja única causa é uma cruel ocupação. Uma ocupação que significa humilhação, fome, impossibilidade de ganhar a vida, casas demolidas, árvores arrancadas, crianças assassinadas, menores detidos sem processo em condições abomináveis, bebês mortos em barreiras militares [...]. Sharon transforma nossos filhos em assassinos ou em assassinados.<sup>277</sup>

Os palestinos não possuem os mísseis, tanques, “buldôzers”, helicópteros e outros engenhos bélicos, inclusive químicos, de última geração, de que se serve o exército de ocupação israelense para arrasar cidades inteiras, confiscar terras palestinas e destruir a base da economia camponesa (em um ano e meio de repressão à nova Intifada, 112.900 oliveiras foram arrancadas, sem esquecer o roubo da água, tão escassa na região, quase toda monopolizada em proveito dos consumidores judeus). Assim o facho-sionismo conduz o que ele e seus protetores imperialistas, além das execuções sumárias, aplicam um “programa econômico” *la destruction des maisons et des champs, l'arrachage de dizaines de milliers d'arbres, surtout des oliviers, et la. Destructions d'un côté, constructions de l'autre: celles des colonies israéliennes créées dans les territoires occupés*. A arma mais contundente de que dispõem os palestinos exige o sacrifício da própria vida: se os militantes dos movimentos de resistência armada se dispõem a morrer matando, é por sofrerem opressão tão insuportável que a morte se torna preferível à atroz miséria da existência. Se renunciassem unilateralmente à guerrilha, a mais evidente conseqüência política seria a comprovação da eficiência dos métodos genocidas de repressão de Sharon.

Mas um povo que vem enfrentando esquadrões da morte há tanto tempo não renunciará ao direito sagrado de viver em liberdade na terra de seus antepassados, regada com o sangue de mártires incontáveis.

---

<sup>277</sup> Cf. *Nouvel Afrique-Asie*, n<sup>o</sup> 148, janeiro 2.002, p. 25.